

Maioria ninguém tem, se aluga

Humberto Dantas ¹

Lula tem maioria no Congresso Nacional? A resposta é: depende. Em tese, quem ganha a eleição chega ao Planalto com uma base montada. Na prática, ninguém no Brasil governa com uma minoria que já existe — governa com uma maioria a ser construída. Isso tem nome: presidencialismo de coalizão. O presidente é eleito “sozinho”, tem consigo seu partido, leva algumas legendas da coligação, mas só conquista espaço e faz valer sua agenda se costurar um acordo com diversos partidos que ele não controla.

O que Lula de fato tem é uma minoria supostamente fiel — o PT e meia dúzia de siglas de esquerda, algo perto de um quarto da Câmara. Serão 88 deputados da Federação Brasil da Esperança (PT, PCdoB e PV) e mais 36 de PSB, PDT e a Federação PSOL-Rede, que estavam coligados com Lula. Pronto: 124 nomes, ou 24% da Câmara. Do outro lado, sobra o PL com expressivos 121 deputados eleitos, número que num só partido não inteirava uma centena desde 1998 com o PFL, hoje diluído em uma mudança de nome, uma fusão e uma federação. Some mais 10 aqui, pois o Novo é linha auxiliar: 131. Esses dois universos polarizados, PT e PL, configuram quem votariam com Flávio ou com Lula, espelhando coligações majoritárias que fizeram no pleito presidencial — o PL disputou o pleito sozinho, o Novo é troco.

E o resto é negociação. Mais fácil seria para o PL, pois parte de seus quadros e o Centrão tendem a se misturar mais facilmente em termos ideológicos. Mas quem ganhou foi Lula. O que as pesquisas davam como improvável, não foi impossível. E o presidente governou: de 2003 a 2010, de 2023 a 2026 em situações semelhantes. Com dificuldades? Sim, incluindo condenações por corrupção. Mas o fato é: governa-se, por mais que agora seja MAIS difícil. Mas em tese, basta pagar a conta, lembrando que inicialmente, o governo começa com 131 a menos, assim como Flávio começaria com 124 a menos na conta da esquerda.

E quem cobra essa conta? O Centrão, que não é um partido, é um estilo de vida, um método de viver legislativo: um bloco considerado fisiológico cuja fidelidade dura o tempo da negociação. Assim, a Câmara não é “contra” Lula por convicção. Se o Planalto, inclusive, apoiar a reeleição de Hugo Mota e Davi Alcolumbre nas casas congressuais, e aceitar um nome do grupo para a vaga aberta no STF, o caminho do diálogo se pavimenta. Detalhe: no Senado será mais complexo.

Assim, do que Lula depende? De três elementos. Orçamento: emenda liberada na hora certa vale mais que discurso. Alinhamento com os presidentes da Câmara e do Senado, que controlam a pauta. E tempo. Governo que negocia com pressa paga caro; governo que espera o cálculo eleitoral do parlamentar paga menos.

É aqui que bato na mesma tecla de sempre. Muita gente lê esse quadro e conclui que a política é suja, que o Congresso só atrapalha, que bastaria um líder forte para passar por cima disso tudo. Cuidado: você comprou essa falácia sem pensar. Não existe atalho. A negociação não é o defeito do sistema — ela é o sistema que a Constituição de 1988 nos deu. Não se pode fingir que maioria nasce pronta. No fim, “quanta maioria o Lula tem?” é a pergunta errada. A certa é: quanto ele está disposto a negociar, para quem, e por quanto tempo? Por fim: o Centrão não aceita qualquer coisa, e sinais práticos, para além das simbologias políticas citadas, terão que ser dados. O ajuste fiscal pode ser um primeiro passo.

¹ Doutor em ciência política pela USP, coordenador da graduação em Gestão Pública da FipeEES e da pós-graduação em ciência política da FESP-SP. Diretor do Movimento Voto Consciente e parceiro da KAS-Brasil em ações de educação para a democracia e análise política.

Da COP 30 à COP 31: os limites do multilateralismo e o papel do Brasil na agenda climática global

Elze Rodrigues¹

A COP 31, prevista para novembro de 2026, em Antália, na Turquia, será um teste para a capacidade internacional de transformar compromissos climáticos em ações efetivas. O governo brasileiro que participará da conferência é o mesmo que se propôs a sediar a COP 30, em Belém, mas chega fortalecido pela reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva. A vitória sobre um adversário que expressou posições céticas quanto à influência humana nas mudanças climáticas oferece respaldo político à continuidade da agenda ambiental brasileira. O desafio será converter esse endosso eleitoral em resultados concretos.

Sob a presidência brasileira, a COP 30 adotou decisões relevantes, mas também evidenciou os limites do multilateralismo climático. A ausência de uma delegação oficial dos Estados Unidos, potência econômica e importante emissor histórico, expôs as dificuldades de construir uma resposta verdadeiramente global. Além disso, divergências entre os países impediram a inclusão de um compromisso explícito sobre a transição para longe dos combustíveis fósseis no acordo final. A busca por consenso, embora essencial à legitimidade das negociações, pode limitar a ambição dos resultados diante de interesses econômicos e geopolíticos conflitantes.

Nesse contexto, o *Mutirão Global contra a Mudança do Clima*, promovido pela presidência brasileira, buscou mobilizar governos, setor privado, sociedade civil e instituições financeiras em torno da implementação do Acordo de Paris. A presidência também impulsionou *roadmaps* para orientar a transição energética e o enfrentamento do desmatamento, além do Roteiro de Baku a Belém, voltado à mobilização de US\$ 1,3 trilhão anuais em financiamento climático até 2035. Embora politicamente relevantes, essas iniciativas dependem da adesão das grandes potências, de recursos previsíveis e de mecanismos de acompanhamento para produzir mudanças efetivas.

As dificuldades de implementação refletem as desigualdades entre Norte e Sul Global. Enquanto os países desenvolvidos concentram grande parcela das emissões históricas e dispõem de maior capacidade financeira e tecnológica, muitas nações em desenvolvimento enfrentam impactos climáticos severos com recursos limitados. O Brasil pode atuar como articulador entre esses grupos, defendendo responsabilidades comuns, porém diferenciadas, e financiamento adequado à mitigação e à adaptação. A transição ecológica também oferece oportunidades econômicas, da energia renovável à bioeconomia, mas exige políticas que distribuam seus benefícios de maneira justa.

A reeleição de Lula fortalece a perspectiva de continuidade dessa atuação internacional. Durante a campanha, Marina Silva, ex-ministra do Meio Ambiente, engajou-se na defesa da reeleição presidencial, associando a disputa à preservação dos avanços ambientais. Sua participação deu visibilidade à pauta climática no debate eleitoral. O resultado oferece condições políticas para manter essa agenda, embora sua efetividade dependa também das decisões governamentais, da composição do Congresso e da capacidade de enfrentar resistências internas.

Na COP 31, a articulação entre as presidências brasileira, turca e australiana será importante para preservar o impulso de Belém. Diferentemente de um cenário de encerramento de mandato e transição para um governo de orientação oposta, o Brasil chega à conferência com perspectiva de continuidade institucional e respaldo eleitoral renovado. Isso cria condições para uma atuação mais propositiva em defesa dos *roadmaps*, do financiamento climático e da cooperação Norte-Sul. Contudo, a influência brasileira não substitui a participação efetiva das grandes economias, indispensável à eficácia dos compromissos multilaterais.

Entre Belém e Antália, está em disputa a capacidade do sistema multilateral de responder à crise climática. A reeleição de Lula fortalece a posição política do Brasil, mas esse capital deverá ser convertido em cooperação, financiamento e resultados verificáveis para uma transição global justa.

¹ Doutora em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI-USP). Assessora Técnica da Superintendência de Administração do Meio Ambiente da Paraíba (SUDEMA).

Governadores, federalismo e poder regional em 2026

Bruno Schaefer²

Introdução

A eleição de 2026 levou aos estados o mesmo movimento que levou ao Congresso: a direita domina, o PL foi o partido mais vitorioso, o centro quase desapareceu e o PT sustentou a hegemonia na esquerda. Com a reeleição de Lula (51,8% dos votos válidos), o país terá um presidente de esquerda diante de governadores de direita em 20 dos 27 estados. Comparado a 2022 (Schaefer, 2022), o quadro mostra governadores com bases parlamentares menores e um federalismo em que a coordenação entre os Executivos volta a ser o problema central.

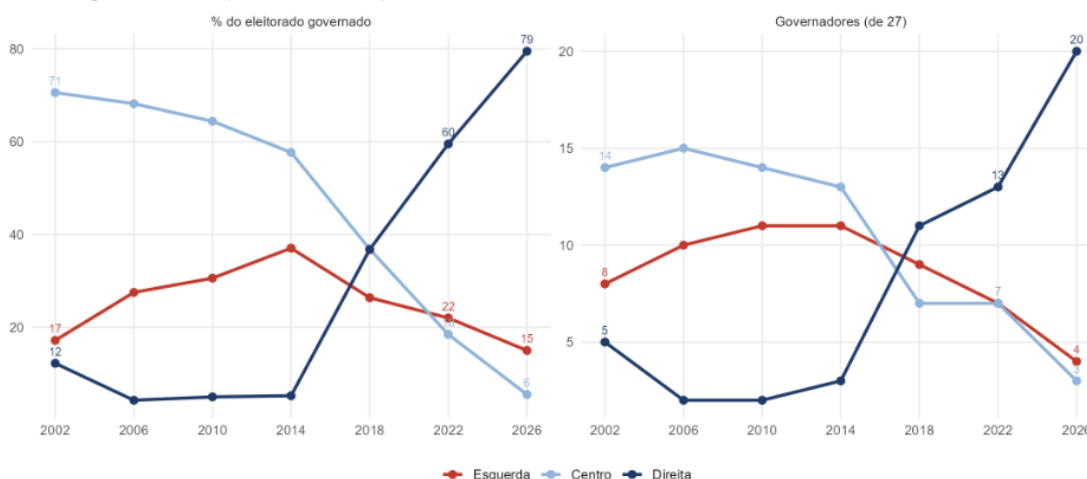
Direita domina

A partir de 2027, a direita governará 20 estados e 80% do eleitorado, contra 13 estados e 60% em 2022. O PL foi de dois para seis governadores: os três do Sul, Rio de Janeiro, Rondônia e Roraima. PSD (5), PP (4) e Republicanos (4), que inclui São Paulo e Minas Gerais, completam o bloco com o Podemos, no Pará. O União Brasil, que tinha quatro governadores, não elegeu nenhum.

A esquerda caiu de sete para quatro governos, todos do PT no Nordeste; o PSB perdeu os três que tinha. O centro ficou com Alagoas, Goiás e Tocantins. Dos nove governadores de primeiro mandato que concorreram, oito se reelegeram (89%, contra 93% em 2022), as duas maiores taxas desde 2002.

Figura 1: Governadorias por bloco ideológico

Governadorias por bloco ideológico, 2002-2026
Partido do governador eleito (2026 com o 2º turno)



Situação nas Assembleias

Nas Assembleias, a direita tem 641 das 1.059 cadeiras (60,5%) e maioria absoluta em 22 das 27 Casas, contra 15 em 2022. O PL virou o maior partido estadual, com 212 deputados (128 em 2022). O número efetivo de partidos mediano caiu de 11,1 em 2018 para 8,2 em 2022 e 6,6 em 2026.

Ainda assim, os governadores chegam com bases menores. A coligação vencedora elegeu, na mediana, 49% da Assembleia (58% em 2022), e só 12 dos 27 eleitos têm maioria absoluta com ela (16 em 2022). O paradoxo é da direita: suas alianças ficaram mais homogêneas e menores, com mediana de 45% das cadeiras; Cleitinho (MG) terá 8% e Eduardo Braide (MA), 10%. Os governadores do PT, eleitos com coligações amplas, têm mediana de 70%. Para a direita, o ultrapresidencialismo estadual (Abrucio, 1998) dependerá de coalizões formadas depois da eleição.

² Doutor em Ciência Política pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (IFCH-UFRGS), é professor de Ciência Política no IESP-UERJ.

Figura 2: Base dos governos (a partir das coligações)

Base dos governadores eleitos na Assembleia: partidos da coligação, 2022 e 2026

% das cadeiras da Assembleia eleitas pelos partidos da coligação do governador (1º turno); cor = bloco do partido do governador

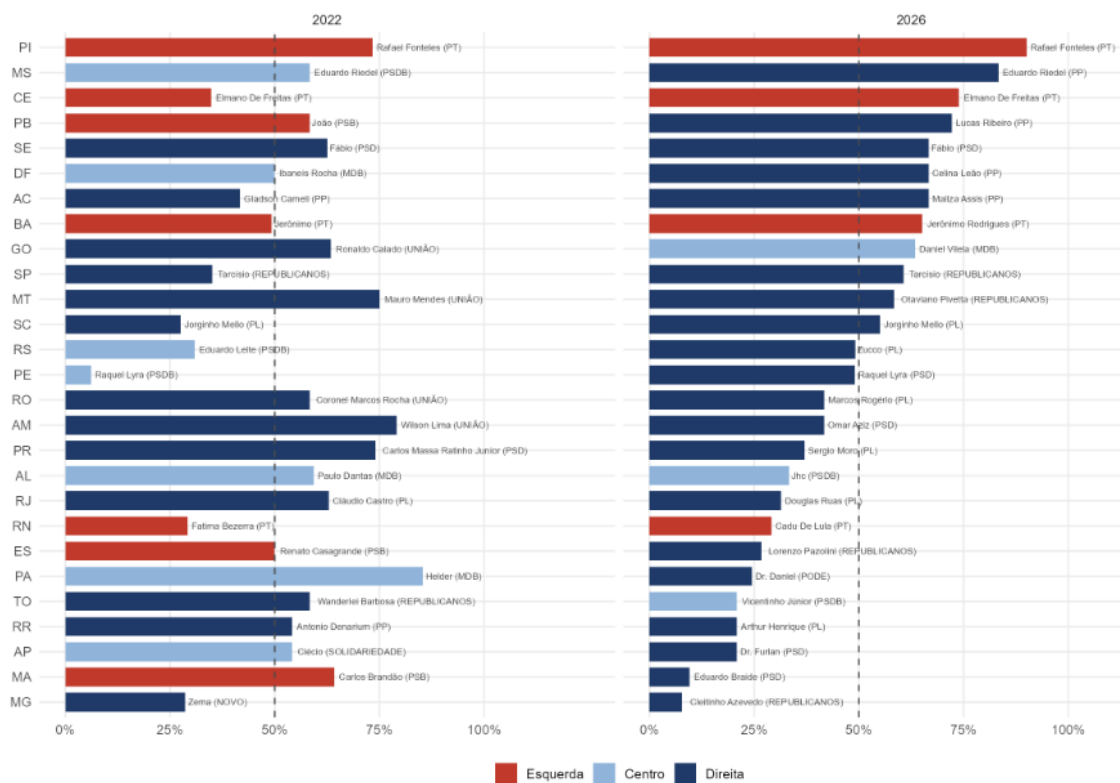
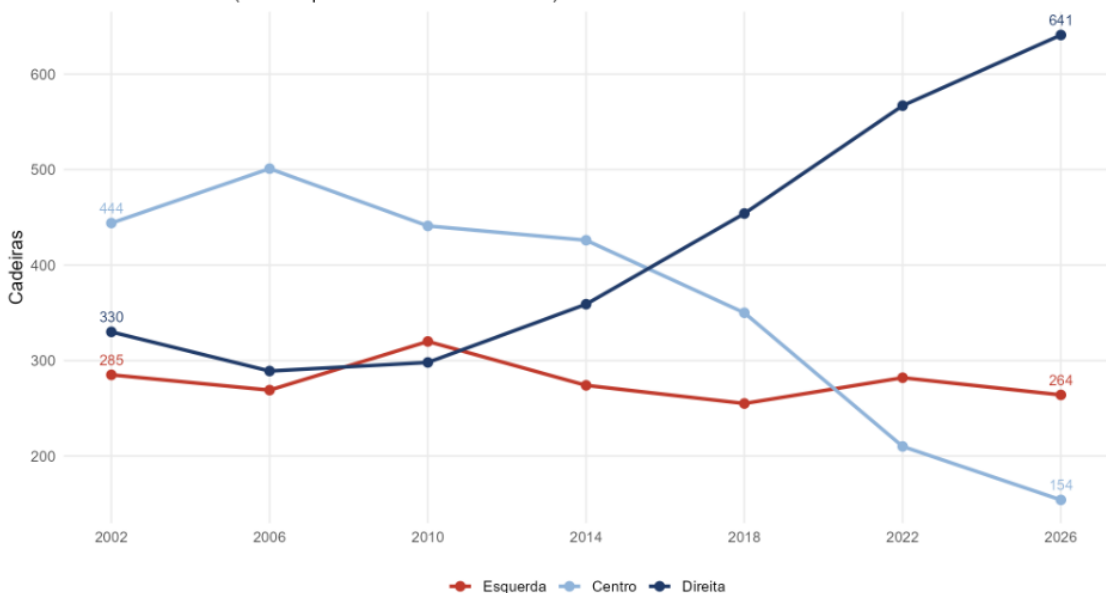


Figura 3: Blocos ideológicos nas Assembleias Legislativas

Assembleias Legislativas: cadeiras por bloco ideológico, 2002-2026

Soma das 27 Assembleias (1.059 deputados estaduais e distritais)



Coordenação federativa: Lula e os governadores

Em 2022, o desafio era repactuar o federalismo depois do "federalismo bolsonarista" (Abrucio et al., 2020), marcado pelo conflito entre a União e os estados na pandemia. Lula assumiu em 2023 com sete governadores de esquerda; em 2027, terá apenas quatro.

A oposição nos estados, porém, não é homogênea. Os seis governadores do PL formam seu núcleo. Os de PSD, PP e Republicanos pertencem a partidos que ocuparam ministérios no governo Lula e dependem de transferências federais, e tendem a combinar oposição eleitoral e cooperação administrativa. São Paulo é o caso de maior peso: Tarcísio, reeleito com 62,7%, é um potencial candidato em 2030.

O que muda até 2030

Três temas concentram o potencial de conflito: a reforma tributária (EC 132/2023), cuja substituição do ICMS pelo IBS começa neste mandato; as dívidas de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, todos governados pela direita e dependentes da renegociação com a União (Propag, 2025); e a segurança pública, em que a ampliação do papel da União esbarra em governadores que fazem do tema uma bandeira.

Referências

- ABRUCIO, F. L. Os barões da federação: os governadores e a redemocratização brasileira. São Paulo: Hucitec/DCP-USP, 1998.
- ABRUCIO, F. L. et al. Combate à COVID-19 sob o federalismo bolsonarista: um caso de descoordenação intergovernamental. *Revista de Administração Pública*, v. 54, p. 663-677, 2020.
- SCHAEFER, B. M. Eleições 2022 nos estados brasileiros: desafios aos novos governadores. *Cadernos Adenauer*, v. XXIII, n. 4, p. 117-138, 2022.

Quadro 1: Classificação ideológica

Partido	2002–2018	2022 e 2026
PT	Esquerda	Esquerda
PCdoB	Esquerda	Esquerda
PDT	Esquerda	Esquerda
PSOL	Esquerda	Esquerda
Rede	Esquerda	Esquerda
PSB	Esquerda	Esquerda
PV	Centro	Esquerda
MDB	Centro	Centro
PSDB	Centro	Centro
Cidadania	Centro	Centro
Solidariedade	Centro	Centro
PROS	Centro	Centro
Podemos	Centro	Direita
PTB	Centro	Direita
PSD	Direita	Direita
PL	Direita	Direita
PP	Direita	Direita
Republicanos	Direita	Direita
PSC	Direita	Direita
DEM	Direita	Direita
PSL	Direita	Direita
União Brasil	—	Direita

Novo	Direita	Direita
Avante	Direita	Direita
Patriota	Direita	Direita
PRD	—	Direita
Missão	—	Direita

As opiniões externadas nesta publicação são de exclusiva responsabilidade de seus autores e não necessariamente representam as opiniões da Fundação Konrad Adenauer.

Eine Mehrheit hat niemand, man mietet sie sich

Humberto Dantas¹

Hat Lula eine Mehrheit im Nationalkongress? Die Antwort lautet: Es kommt darauf an. Theoretisch zieht derjenige, der die Wahl gewinnt, mit einer bereits bestehenden Basis in den Präsidentenpalast ein. In der Praxis regiert in Brasilien niemand mit einer bereits vorhandenen Minderheit, sondern mit einer Mehrheit, die erst aufgebaut werden muss. Dafür gibt es einen Namen: Koalitionspräsidentialismus. Der Präsident wird gewissermaßen „allein“ gewählt, hat seine eigene Partei hinter sich, bringt einige Parteien aus seinem Wahlbündnis mit, gewinnt aber nur dann politischen Handlungsspielraum und kann seine Agenda durchsetzen, wenn es ihm gelingt, eine Vereinbarung mit verschiedenen Parteien auszuhandeln, die er nicht kontrolliert.

Was Lula tatsächlich hat, ist eine vermeintlich loyale Minderheit: die PT und ein halbes Dutzend linker Parteien, insgesamt knapp ein Viertel der Abgeordnetenversammlung. Die Federação Brasil da Esperança (PT, PCdoB und PV) wird 88 Abgeordnete stellen; hinzu kommen 36 von PSB, PDT und der Federação PSOL-Rede, die mit Lula verbündet waren. Macht zusammen 124 Abgeordnete oder 24 Prozent der Kammer. Auf der anderen Seite steht die PL mit beachtlichen 121 gewählten Abgeordneten. Eine solche Zahl hatte eine einzelne Partei seit 1998, damals mit der PFL, nicht mehr erreicht. Die PFL ging inzwischen im Zuge einer Namensänderung, einer Fusion und einer Föderation auf. Hinzukommen weitere zehn Abgeordnete des Novo, der hier als Hilfskraft fungiert: insgesamt 131. Diese beiden polarisierten Lager, PT und PL, bilden diejenigen ab, die mit Flávio beziehungsweise Lula stimmen würden, und spiegeln damit die Bündnisse der Präsidentschaftswahl wider. Die PL trat bei der Wahl allein an; der Novo fällt zahlenmäßig kaum ins Gewicht.

Und der Rest ist Verhandlungssache. Für die PL wäre es einfacher, denn ein Teil ihrer Mitglieder und der Centrão lassen sich ideologisch leichter miteinander verbinden. Aber gewonnen hat Lula. Was die Umfragen als unwahrscheinlich erscheinen ließen, war nicht unmöglich. Und der Präsident hat bereits regiert: von 2003 bis 2010 sowie von 2023 bis 2026 unter vergleichbaren Bedingungen. Mit Schwierigkeiten? Ja, einschließlich Verurteilungen wegen Korruption. Tatsache ist jedoch: Regieren ist möglich, auch wenn es jetzt schwieriger ist. Theoretisch reicht es, die Rechnung zu bezahlen. Dabei ist zu bedenken, dass der Regierung zu Beginn 131 Stimmen fehlen, genauso wie Flávio die 124 Stimmen des linken Lagers fehlen würden.

Und wer stellt diese Rechnung? Der Centrão. Er ist keine Partei, sondern ein Lebensstil, eine Art, parlamentarische Politik zu betreiben: ein als klientelistisch geltender Block, dessen Loyalität so lange anhält wie die jeweilige Verhandlung. Die Abgeordnetenversammlung ist also nicht aus Überzeugung „gegen“ Lula. Wenn der Präsidentenpalast beispielsweise die Wiederwahl von Hugo Mota und Davi Alcolumbre an die Spitzen der beiden Häuser des Kongresses unterstützt und einen Kandidaten aus diesem politischen Lager für den frei gewordenen Sitz im Obersten Bundesgericht (STF) akzeptiert, wäre der Weg für einen Dialog geebnet. Ein entscheidendes Detail: Im Senat wird die Lage komplizierter sein.

Wovon hängt Lula also ab? Von drei Faktoren. Vom Haushalt: Eine im richtigen Moment freigegebene Haushaltszuwendung ist mehr wert als jede Rede. Von der Abstimmung mit den Präsidenten der Abgeordnetenversammlung und des Senats, die über die Tagesordnung bestimmen. Und von der Zeit. Eine Regierung, die unter Zeitdruck verhandelt, zahlt einen hohen Preis; eine Regierung, die den wahlpolitischen Kalkül der Parlamentarier abwartet, zahlt weniger.

Und hier wiederhole ich, worauf ich seit jeher hinweise. Viele Menschen betrachten diese Situation und kommen zu dem Schluss, Politik sei schmutzig, der Kongress stehe nur im Weg und es brauche lediglich einen starken politischen Führer, der sich über all das hinwegsetzt. Vorsicht: Wer so denkt, hat diese trügerische Vorstellung übernommen, ohne sie zu hinterfragen. Eine Abkürzung gibt es nicht. Die Verhandlung ist nicht der Fehler des Systems, sie ist das System, das uns die Verfassung von 1988 gegeben hat. Man kann nicht so tun, als entstünde eine Mehrheit von selbst. Letztlich ist die Frage „Wie groß ist Lulas Mehrheit?“ die falsche Frage. Die richtige lautet: Wie viel ist er bereit zu verhandeln, mit wem und für wie lange? Und schließlich: Der Centrão akzeptiert nicht alles. Neben den erwähnten politischen Symbolen müssen konkrete Signale gesetzt werden. Eine Haushaltskonsolidierung könnte ein erster Schritt sein.

¹ Doktor der Politikwissenschaft an der USP, Koordinator des Bachelor-Studiengangs „Öffentliche Verwaltung“ an der FipeEES und des Master-Studiengangs „Politikwissenschaft“ an der FESP-SP. Direktor der Bewegung „Voto Consciente“ und Partner der KAS-Brasil bei Maßnahmen zur Demokratieerziehung und politischen Analyse.

Von der COP 30 zur COP 31: Die Grenzen des Multilateralismus und Brasiliens Rolle in der globalen Klimapolitik

Elze Rodrigues²

Die COP 31, die für November 2026 in Antalya in der Türkei vorgesehen ist, wird zu einem Test für die Fähigkeit der internationalen Gemeinschaft, klimapolitische Verpflichtungen in wirksame Maßnahmen umzusetzen. Die brasilianische Regierung, die an der Konferenz teilnehmen wird, ist dieselbe, die sich für die Ausrichtung der COP 30 in Belém eingesetzt hatte. Nach der Wiederwahl von Luiz Inácio Lula da Silva geht sie jedoch politisch gestärkt in die Konferenz. Der Sieg über einen Gegenkandidaten, der sich skeptisch hinsichtlich des menschlichen Einflusses auf den Klimawandel geäußert hatte, verschafft der Fortführung der brasilianischen Umweltpolitik politischen Rückhalt. Die Herausforderung wird darin bestehen, diese Zustimmung der Wählerinnen und Wähler in konkrete Ergebnisse umzusetzen.

Unter brasilianischem Vorsitz verabschiedete die COP 30 wichtige Beschlüsse, machte zugleich aber auch die Grenzen des klimapolitischen Multilateralismus deutlich. Das Fehlen einer offiziellen Delegation der Vereinigten Staaten, einer Wirtschaftsmacht und eines bedeutenden historischen Emittenten, verdeutlichte die Schwierigkeiten, eine wirklich globale Antwort zu formulieren. Darüber hinaus verhinderten Meinungsverschiedenheiten zwischen den Staaten, dass eine ausdrückliche Verpflichtung zur Abkehr von fossilen Brennstoffen in das Abschlussabkommen aufgenommen wurde. Das Streben nach Konsens ist zwar für die Legitimität der Verhandlungen unerlässlich, kann angesichts divergierender wirtschaftlicher und geopolitischer Interessen jedoch die Ambitionen der Ergebnisse begrenzen.

Vor diesem Hintergrund zielte die von der brasilianischen Präsidentschaft initiierte *Globale Mobilisierung gegen den Klimawandel* (*Mutirão Global contra a Mudança do Clima*) darauf ab, Regierungen, Privatwirtschaft, Zivilgesellschaft und Finanzinstitutionen für die Umsetzung des Pariser Abkommens zu mobilisieren. Die Präsidentschaft förderte zudem *Roadmaps* für die Energiewende und die Bekämpfung der Entwaldung sowie den Fahrplan von Baku nach Belém, der darauf abzielt, bis 2035 jährlich 1,3 Billionen US-Dollar für die Klimafinanzierung zu mobilisieren. Obwohl diese Initiativen politisch von Bedeutung sind, hängen tatsächliche Veränderungen von der Beteiligung der Großmächte, von verlässlich verfügbaren Finanzmitteln und von wirksamen Kontroll- und Begleitmechanismen ab.

Die Schwierigkeiten bei der Umsetzung spiegeln die Ungleichheiten zwischen dem Globalen Norden und dem Globalen Süden wider. Während die Industrieländer für einen großen Teil der historischen Emissionen verantwortlich sind und über größere finanzielle und technologische Kapazitäten verfügen, sind viele Entwicklungsländer mit gravierenden Auswirkungen des Klimawandels konfrontiert und verfügen zugleich nur über begrenzte Ressourcen. Brasilien kann zwischen diesen Gruppen als Vermittler auftreten und sich für gemeinsame, aber unterschiedliche Verantwortlichkeiten sowie für eine angemessene Finanzierung von Klimaschutz und Anpassung einsetzen. Der ökologische Wandel bietet zugleich wirtschaftliche Chancen, von erneuerbaren Energien bis hin zur Bioökonomie, erfordert jedoch politische Maßnahmen, die gewährleisten, dass seine Vorteile gerecht verteilt werden.

Die Wiederwahl Lulas stärkt die Aussicht auf Kontinuität dieses internationalen Engagements. Während des Wahlkampfes setzte sich Marina Silva, ehemalige Umweltministerin, für die Wiederwahl des Präsidenten ein und verband die politische Auseinandersetzung mit der Bewahrung der umweltpolitischen Fortschritte. Ihr Engagement verlieh klimapolitischen Fragen im Wahlkampf zusätzliche Sichtbarkeit. Das Wahlergebnis schafft politische Voraussetzungen für die Fortführung dieser Agenda. Ihre Wirksamkeit wird jedoch auch von den Entscheidungen der Regierung, der Zusammensetzung des Kongresses und der Fähigkeit abhängen, innerstaatliche Widerstände zu überwinden.

Bei der COP 31 wird die Abstimmung zwischen der brasilianischen, der türkischen und der australischen Präsidentschaft von Bedeutung sein, um die Dynamik von Belém aufrechtzuerhalten. Anders als in einem Szenario, in dem eine Amtszeit endet und ein Übergang zu einer Regierung mit entgegengesetzter politischer Ausrichtung bevorsteht, nimmt Brasilien an der Konferenz mit der Perspektive institutioneller Kontinuität und erneuerter demokratischer Legitimation teil. Dies schafft Voraussetzungen für ein aktiveres Auftreten zugunsten der *Roadmaps*, der Klimafinanzierung und der Nord-Süd-Zusammenarbeit. Der brasilianische Einfluss kann jedoch eine wirksame Beteiligung der großen Volkswirtschaften nicht ersetzen, die für die Wirksamkeit multilateraler Verpflichtungen unverzichtbar ist.

² Doktorin der Internationalen Beziehungen am Institut für Internationale Beziehungen der Universität São Paulo (IRI-USP). Fachreferentin bei der Umweltverwaltungsbehörde des Bundesstaates Paraíba (SUDEMA).

Zwischen Belém und Antalya steht somit die Fähigkeit des multilateralen Systems auf dem Prüfstand, auf die Klimakrise zu reagieren. Die Wiederwahl Lulas stärkt Brasiliens politische Position, doch dieses politische Kapital muss in Zusammenarbeit, Finanzierung und überprüfbare Ergebnisse für einen gerechten globalen Wandel umgesetzt werden.

Gouverneure, Föderalismus und regionale Macht im Jahr 2026

Bruno Schaefer³

Einleitung

Die Wahlen von 2026 brachten auf Ebene der Bundesstaaten dieselbe Entwicklung hervor wie im Kongress: Die Rechte dominiert, die PL war die erfolgreichste Partei, die politische Mitte ist nahezu verschwunden und die PT konnte ihre Vormachtstellung innerhalb der Linken behaupten. Nach der Wiederwahl Lulas (51,8 % der gültigen Stimmen) wird das Land einen linken Präsidenten haben, dem in 20 der 27 Bundesstaaten rechte Gouverneure gegenüberstehen. Im Vergleich zu 2022 (Schaefer, 2022) zeigt sich ein Bild, in dem die Gouverneure über kleinere parlamentarische Mehrheiten verfügen und in dem die Koordination zwischen den Exekutiven erneut zur zentralen Herausforderung des Föderalismus wird.

Die Rechte dominiert

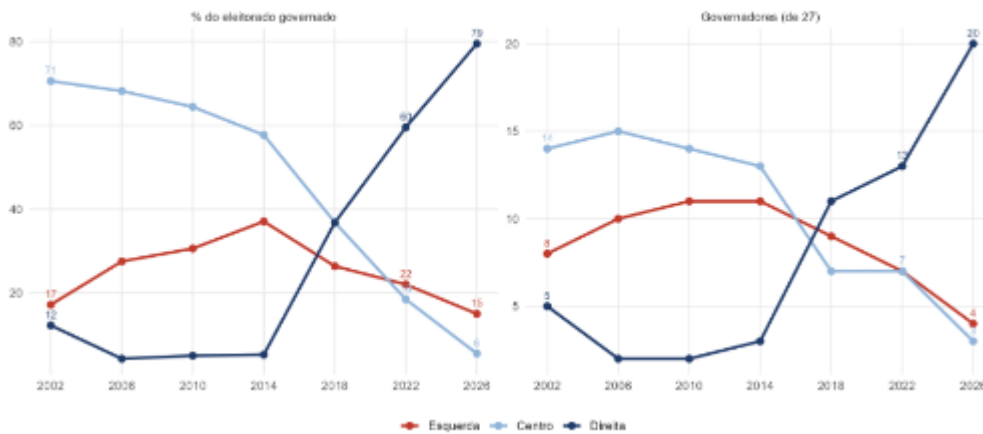
Ab 2027 wird die Rechte 20 Bundesstaaten und 80 % der Wählerschaft regieren, gegenüber 13 Bundesstaaten und 60 % im Jahr 2022. Die Zahl der Gouverneursposten der PL stieg von zwei auf sechs: die drei Bundesstaaten im Süden sowie Rio de Janeiro, Rondônia und Roraima. PSD (5), PP (4) und Republicanos (4), darunter São Paulo und Minas Gerais, vervollständigen diesen Block gemeinsam mit Podemos, das den Gouverneur in Pará stellt. União Brasil, die zuvor vier Gouverneure stellte, konnte keinen einzigen Gouverneursposten gewinnen.

Die Linke fiel von sieben auf vier Landesregierungen zurück, die nun alle von der PT im Nordosten geführt werden. Die PSB verlor alle drei Gouverneursposten, die sie zuvor innehatte. Die politische Mitte stellt die Gouverneure in Alagoas, Goiás und Tocantins. Von den neun Gouverneuren in ihrer ersten Amtszeit, die erneut kandidierten, wurden acht wiedergewählt (89 %, gegenüber 93 % im Jahr 2022). Dies sind die beiden höchsten Wiederwahlquoten seit 2002.

Abbildung 1: Gouverneursposten nach ideologischem Block

³ Doktor der Politikwissenschaft am Institut für Philosophie und Humanwissenschaften der Bundesuniversität von Rio Grande do Sul (IFCH-UFRGS). Professor für Politikwissenschaft am IESP-UERJ.

Governadorias por bloco ideológico, 2002-2026
Partido do governador eleito (2026 com o 2º turno)



Situation in den Landesparlamenten

In den Landesparlamenten verfügt die Rechte über 641 der insgesamt 1.059 Sitze (60,5 %) und über eine absolute Mehrheit in 22 der 27 Parlamente, gegenüber 15 im Jahr 2022. Die PL wurde mit 212 Abgeordneten zur stärksten Partei auf Landesebene, gegenüber 128 im Jahr 2022. Die mediane effektive Parteienzahl sank von 11,1 im Jahr 2018 auf 8,2 im Jahr 2022 und 6,6 im Jahr 2026.

Dennoch treten die Gouverneure ihre Amtszeit mit kleineren parlamentarischen Stützpunkten an. Die siegreichen Wahlbündnisse errangen im Median 49 % der Sitze in den Landesparlamenten, gegenüber 58 % im Jahr 2022. Nur 12 der 27 gewählten Gouverneure verfügen mit ihrem jeweiligen Bündnis über eine absolute Mehrheit, gegenüber 16 im Jahr 2022. Das Paradox betrifft insbesondere die Rechte: Ihre Bündnisse wurden homogener und kleiner und verfügen im Median über 45 % der Sitze. Cleitinho (MG) wird auf 8 % und Eduardo Braide (MA) auf 10 % kommen. Die Gouverneure der PT hingegen, die mit breiten Bündnissen gewählt wurden, verfügen im Median über 70 %. Für die Rechte wird der sogenannte *Ultrapräsidentialismus auf Bundesstaatsebene* (Abrucio, 1998) daher von Koalitionen abhängen, die erst nach den Wahlen gebildet werden.

Abbildung 2: Regierungsbasis auf Grundlage der Wahlbündnisse

Base dos governadores eleitos na Assembleia; partidos da coligação, 2022 e 2026
% das cadeiras da Assembleia eleitas pelos partidos da coligação do governador (1º turno), cor = bloco do partido do governador

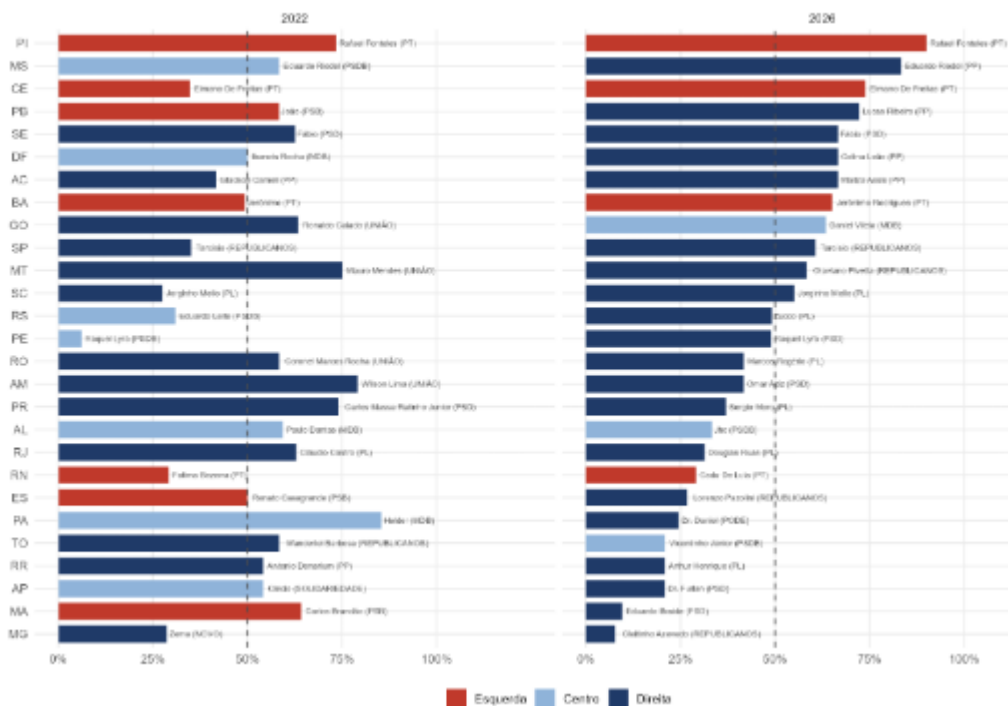
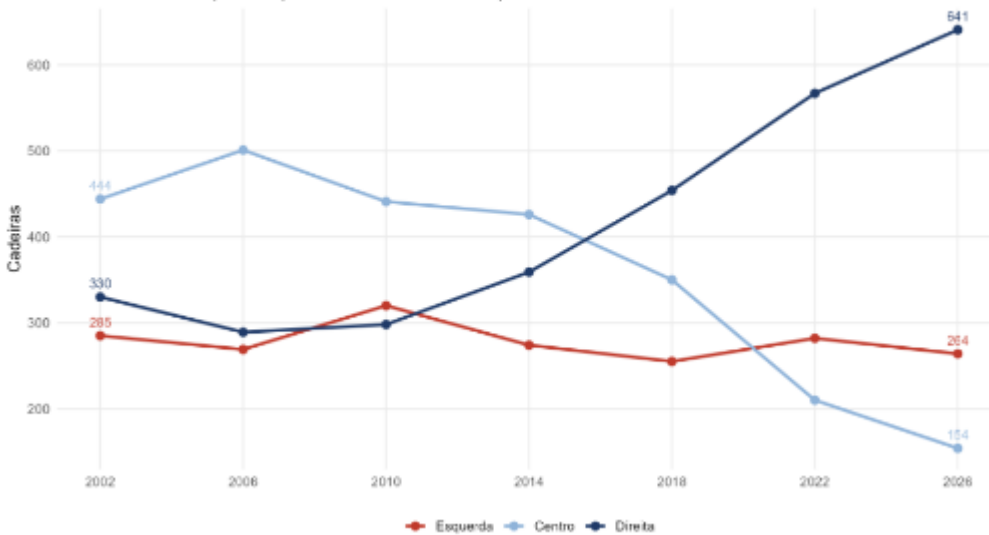


Abbildung 3: Ideologische Blöcke in den Landesparlamenten

Assembleias Legislativas: cadeiras por bloco ideológico, 2002-2026
Soma das 27 Assembleias (1.059 deputados estaduais e distritais)



Föderative Koordination: Lula und die Gouverneure

Im Jahr 2022 bestand die Herausforderung darin, den Föderalismus nach dem „bolsonaristischen Föderalismus“ (Abrucio et al., 2020), der während der Pandemie durch Konflikte zwischen der Bundesregierung und den Bundesstaaten geprägt war, neu auszutarieren. Lula trat sein Amt 2023 mit sieben linken Gouverneuren an; 2027 werden es nur noch vier sein.

Die Opposition in den Bundesstaaten ist jedoch keineswegs homogen. Die sechs Gouverneure der PL bilden ihren Kern. Die Gouverneure von PSD, PP und Republicanos gehören Parteien an, die Ministerposten in der Regierung Lula innehatten und von Transferzahlungen des Bundes abhängig sind. Sie dürften daher dazu neigen, wahlpolitische Opposition mit administrativer Zusammenarbeit zu verbinden. São Paulo ist dabei der politisch gewichtigste Fall: Tarcísio, der mit 62,7 % der Stimmen wiedergewählt wurde, gilt als potenzieller Kandidat für das Jahr 2030.

Was sich bis 2030 verändert

Drei Themen bergen besonderes Konfliktpotenzial: die Steuerreform (Verfassungsänderung EC 132/2023), in deren Rahmen die Ablösung der ICMS durch die IBS in dieser Amtsperiode beginnt; die Verschuldung von São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro und Rio Grande do Sul, die allesamt von der Rechten regiert werden und auf eine Neuverhandlung mit dem Bund angewiesen sind (Propag, 2025); sowie die öffentliche Sicherheit, bei der eine Ausweitung der Rolle des Bundes auf den Widerstand von Gouverneuren trifft, die dieses Thema zu einem zentralen Bestandteil ihres politischen Profils gemacht haben.

Literatur

ABRUCIO, F. L. *Os barões da federação: os governadores e a redemocratização brasileira*. São Paulo: Hucitec/DCP-USP, 1998.

ABRUCIO, F. L. et al. *Combate à COVID-19 sob o federalismo bolsonarista: um caso de descoordenação intergovernamental*. Revista de Administração Pública, Bd. 54, S. 663–677, 2020.

SCHAEFER, B. M. *Eleições 2022 nos estados brasileiros: desafios aos novos governadores*. Cadernos Adenauer, Bd. XXIII, Nr. 4, S. 117–138, 2022.

Tabelle 1: Ideologische Einordnung

Partei	2002–2018	2022 und 2026
PT	Links	Links
PCdoB	Links	Links
PDT	Links	Links

Partei	2002–2018	2022 und 2026
PSOL	Links	Links
Rede	Links	Links
PSB	Links	Links
PV	Mitte	Links
MDB	Mitte	Mitte
PSDB	Mitte	Mitte
Cidadania	Mitte	Mitte
Solidariedade	Mitte	Mitte
PROS	Mitte	Mitte
Podemos	Mitte	Rechts
PTB	Mitte	Rechts
PSD	Rechts	Rechts
PL	Rechts	Rechts
PP	Rechts	Rechts
Republicanos	Rechts	Rechts
PSC	Rechts	Rechts
DEM	Rechts	Rechts
PSL	Rechts	Rechts
União Brasil	–	Rechts
Novo	Rechts	Rechts
Avante	Rechts	Rechts
Patriota	Rechts	Rechts
PRD	–	Rechts

Partei	2002–2018	2022 und 2026
Missão	–	Rechts

Die in dieser Veröffentlichung geäußerten Meinungen liegen ausschließlich in der Verantwortung der Autoren und geben nicht unbedingt die Ansichten der Konrad-Adenauer-Stiftung wieder.